


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016809-22.2000.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**
 Requerente: **Fazenda do Estado**
 Requerido: **Rani do Brasil Ind Metalurgica Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini

Vistos.

Trata-se de ação de execução proposta pela **Fazenda do Estado** contra **Carlos Alberto Camorani, Luiz Fernando Franca Licatti e Rani do Brasil Ind Metalurgica Ltda.**

Este Juízo vislumbrou a possibilidade de ocorrência de prescrição intercorrente, razão pela qual determinou que a FESP se manifestasse, nos termos do que estabelece o artigo 40, § 4º, da Lei nº 6.870/1980 (Lei de Execução Fiscal).

Ouvida, a FESP concordou com a extinção do processo, em vista da prescrição.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Realmente é o caso de se reconhecer a prescrição intercorrente.

A Fazenda Pública requereu a suspensão da execução, nos termos do artigo 40 da Lei 6.830/80 e desde àquela data não deu qualquer andamento ao processo, que ficou paralisado por mais que cinco anos.

Consoante entendimento jurisprudencial predominante, inclusive sumulado pelo STJ (Súmula 314), basta que o processo fique paralisado por mais de cinco anos a contar do decurso de um ano da determinação de seu arquivamento, para incidir a prescrição, que deve ser reconhecida, inclusive, de ofício, nos termos do que estabelece o artigo 487, II, do CPC, devendo-se, apenas, abrir vista à exequente, em contraditório, a fim de lhe dar a oportunidade de apontar algum impedimento, como a confissão da dívida ou a transação, o que foi respeitado no caso em tela.

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO**, com fundamento no artigo 924, inciso V do Código de Processo Civil.

Ficam levantadas eventuais penhoras e liberados os depositários, se houver.

Após trânsito e julgado, arquivem-se os autos, com observância das formalidades legais.

Ficam as partes cientificadas de que, decorrido 01 (um) ano do arquivamento, se não houver manifestação em contrário, os autos serão inutilizados, com fundamento no Provimento CG 28/1997, nos termos do procedimento previsto no Provimento CSM 1676/2009.

P.I.

São Carlos, 16 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA